

## **O funcionamento do discurso radiofônico: o acontecimento Apagão em Florianópolis<sup>1,2</sup>**

Helena SANTOS NETO<sup>3</sup>  
Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC

### **Resumo**

O blecaute elétrico mais importante da história florianopolitana, o Apagão, foi um marco midiático pela intensa cobertura jornalística das emissoras radiofônicas CBN Diário e Guararema, ambas de amplitude modulada – AM e ainda é referência jornalística catarinense. Com base nos estudos pecheutianos da análise do discurso, no entremeio com o Jornalismo, buscamos compreender como os sentidos movimentaram-se durante o Apagão florianopolitano. Nosso recorte pauta-se na relações de interlocução e autoria como forma de procurar entender o funcionamento discursivo do rádio.

**Palavras-chave:** rádio; Análise do Discurso; jornalismo; Apagão; Florianópolis.

### **A ilha dos casos e ocasos: o Apagão**

O Apagão, como assim ficou conhecida a pane elétrica na capital catarinense, ocorreu na parte insular florianopolitana a partir de uma explosão no início da tarde de 29 de outubro de 2003. O acidente aconteceu numa das galerias da Ponte Colombo Salles, que liga Florianópolis ao continente, quando técnicos da CELESC<sup>4</sup>, ao fazerem a manutenção da rede elétrica, foram surpreendidos pela explosão de um “liquinho”, um pequeno fogareiro a gás que estava sendo usado para iluminar a obra. A consequência do acidente que, por sorte não foi fatal ao grupo, apesar de um dos técnicos ter caído ao mar após a explosão, foi o rompimento de um cabo de transmissão deixando a Ilha num blecaute por quase três dias. Ao todo foram 55 horas sem energia elétrica, com corte também no fornecimento de água até 72 horas após o fim do Apagão. Somente o Centro da cidade continuou a receber água ininterruptamente pela CASAN<sup>5</sup>.

O acontecimento discursivizou-se quando o meio radiofônico local passou a cobrir o episódio. As rádios CBN Diário e Guararema ficaram no ar, ao vivo, praticamente durante todo o episódio. O gesto de análise permitirá compreender o funcionamento

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao DT 4 – Comunicação Audiovisual, GT Rádio e Mídia Sonora, XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Este artigo é baseado na tese de doutorado defendida ao PPGCL/UNISUL, sob orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Solange Leda Gallo.

<sup>3</sup> Professora da UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, Câmpus Grande Florianópolis. Email: helena.santosneto@gmail.com

<sup>4</sup> CELESC é a sigla das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

<sup>5</sup> Por sua vez, CASAN é a sigla da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

discursivo das relações de interlocução e autoria presente no meio rádio em uma situação limite de um acontecimento social. Para tal, o ancoradouro teórico e analítico é baseado nos estudos de linguagem, particularmente da Análise do Discurso<sup>6</sup> de filiação francesa no entremeio com o Jornalismo.

No que se refere à teoria da AD, ela, por constituição, é uma teoria crítica da linguagem, no entremeio entre as ciências sociais e humanas. Interessa à AD de que forma as relações entre a história, a sociedade, a linguagem e a ideologia resultam na produção de sentidos ao sujeito, este um ser assujeitado ao domínio da própria linguagem. A AD é uma área que se volta ao confronto da ideologia e do histórico com o linguístico, em que o analista busca aquilo que falha, que escapa, o furo de linguagem. O entremeio com as ciências sociais também se dá a partir dos estudos voltados ao funcionamento do jornalismo, especificamente pelo suporte teórico ao entendimento discursivo do rádio informativo<sup>7,8</sup>. Buscamos um ponto entre o jornalismo e o discurso, por isso nossa reflexão é pautada em pensadores de ambas as áreas, a fim de enriquecer nosso dispositivo analítico.

O Apagão, por si só, nos seus quase três dias de pane elétrica, foi um acontecimento legítimo, daqueles “[...] que emergem com força própria, obrigando uma investigação a respeito de suas causas e consequências” (PONTES e SILVA, 2010, p. 55). Para Berger e Tavares (2010, p. 131), no jornalismo, o acontecimento “[...] mais claramente reconhecido é o que diz da cobertura do imprevisível”, porque “é a ação acidental aquela que ‘melhor’ corresponde aos critérios de noticiabilidade tão exaustivamente apontados pelos manuais de produção noticiosa”.

O apagão ilhéu foi um acontecimento social importante também pela atuação pioneira mundialmente na área de engenharia elétrica. A obra de cabeamento aéreo paliativo (enquanto os cabos da ponte não cessavam de queimar e posteriormente seriam

---

<sup>6</sup> Doravante AD.

<sup>7</sup> Iremos utilizar o termo rádio informativo proposto por Meditsch (2001) à produção jornalística no rádio como meio de comunicação de massa, ao invés de radiojornalismo. “Na língua portuguesa, o jornalismo produzido e veiculado pelo rádio tem sido designado geralmente como radiojornalismo. O termo jornalismo, originalmente, remete à palavra impressa e embora historicamente a tenha superado, com a transposição da atividade aos meios eletrônicos, essa mudança não se fez sem que trouxesse em sua esteira uma série de tradições, normas, hábitos e técnicas daquele outro tipo de suporte material. [...] O rádio informativo fala de coisas que, anteriormente, não eram notícia (a hora certa, por exemplo) e revolucionaria a ideia da reportagem com as transmissões ao vivo. Aprofunda e contrapõe ideias e opiniões com facilidade e orienta as massas urbanas como o cão de um cego. Põe em contato os mais remotos pontos do interior e concede espaço para o receptor se manifestar como nenhum outro meio” (IDEM, p. 30-31).

<sup>8</sup> Ao contrário da Rádio CDB Diário, que é uma emissora *all news* (que toca notícias, como realça o *slogan* da emissora), a Rádio Guararema, posteriormente Rádio Record e desde abril de 2015 fora de funcionamento, era uma rádio com jornalismo, mas essencialmente de música, entretenimento e participação popular. Consideramos nesta pesquisa a Guararema como dentro do conceito de rádio informativo pela ênfase no caráter jornalístico pela qual a emissora optou durante a cobertura do evento Apagão em Florianópolis, em 2003.

consertados), era algo que levaria ao menos 120 dias para ser concluído em condições normais, sem contar o tempo necessário para licitação, contratação de empresas etc. Essa obra foi realizada em menos de três dias, com a projeção e execução simultânea, *in loco*, com cerca de duzentos operários trabalhando praticamente de forma ininterrupta.

Por acontecimento social, consideramos que

[...] os acontecimentos exigem produção de sentido, são espaço de exploração, de interpretação, interação e não contém um ‘em si’: eles sempre surgem a alguém, são fundamentalmente relacionais, se constituem, conforme Quéré (2005), a partir de um processo de individuação marcado pela busca de uma inteligibilidade assentada em quatro etapas (Quéré, 1995; Simões, 2010): a escolha de uma descrição/nomeação; a ordenação em uma narrativa; a normalização, que torna manifesta sua tipicidade e permite comparações; a recepção no quadro de uma experiência (LEAL; ANTUNES, 2011, p. 27-28).

A história, na perspectiva discursiva, é da ordem do discurso. Buscamos compreender os processos de produção de sentido do funcionamento discursivo do rádio informativo, numa tentativa de trazer à tona as tramas de sentidos outros que são já estabelecidas e evidentes. Ao ouvirmos e analisarmos discursivamente essas coberturas jornalísticas que englobam ao todo cinquenta e cinco horas de programação praticamente ininterrupta de cada emissora, é possível interpretarmos parte do funcionamento de uma época.

Podemos afirmar que o Apagão em Florianópolis foi um acontecimento social que teve ampla repercussão também como acontecimento jornalístico, ou seja, “[...] a noticiabilidade no seu nível enunciativo-jornalístico, que apresenta um fato/evento/sujeito como novidade contedística”, como explica Pimentel (2011, p. 6). Com o Apagão, houve um deslocamento notório, tão comentado à época no meio jornalístico a ponto de se chegar a produzir um livro a respeito dessa cobertura e, dez anos depois, o fato vir à tona nas manchetes de capa da imprensa catarinense.

Nosso interesse de análise é conhecer como se estabeleceram as posições-sujeito dos envolvidos que se inscrevem nos *corpora* de análise, ou seja, nas coberturas jornalísticas do Apagão em Florianópolis. Numa situação limite em que o caos se estabeleceu na cidade, o rádio informativo foi o único meio de comunicação capaz de unir a população local da região insular e até mesmo com a região continental e estadual.

Partimos da proposição de Pêcheux (2009), para quem o discurso é sempre efeito de sentidos entre os interlocutores. Será que teremos uma nova relação de interlocução estabelecida? O rádio informativo alcançou nesse acontecimento o tão

propalado sonho brechtiano de um diálogo com os ouvintes, estabelecendo-se uma comunicação de sentido aberto? Como se dá o funcionamento discursivo do meio rádio?

Tomamos nesta pesquisa o conceito de interlocução pelo viés discursivo, considerado um “[...] processo de tensão constante da linguagem com o que ela poderia ser” (ORLANDI, 1984, p. 11). Os conhecimentos não são partilhados entre os agentes do discurso, como se julga na teoria funcionalista, em que um locutor completa o outro, mas “[...] esses conhecimentos são *socialmente distribuídos* pois os agentes do discurso podem ocupar posições diferentes, e mesmo polêmicas, dentro de formações discursivas distintas” (IDEM, p. 12). Por isso, numa mesma formação discursiva, os sentidos variam de acordo com a tomada de posição do sujeito, que também determinará como a memória discursiva, ou seja, o interdiscurso<sup>9</sup>, será mobilizado. “[...] É o sujeito que ao ocupar uma posição faz a língua entrar em funcionamento e esse funcionamento é afetado pela memória do dizer (o interdiscurso)” (MARIANI, 1998, p.31).

### **Textualidade às escuras**

O rádio, fazendo parte do rol das mídias tradicionais, como o jornal e a televisão, funciona em geral a partir de um âncora<sup>10</sup> que se posta como um mediador – o que não foi diferente no acontecimento Apagão em Florianópolis, em que as emissoras seguiram os rituais da estrutura informacional radiofônica. Todas as emissoras que permaneceram no ar durante o episódio, as rádios CBN Diário e Guararema, mantiveram a estrutura de uma equipe de produção, apresentador(es) e repórter(es), com programas informativos baseados em entrevistas, notícias e apresentação ao vivo das informações, *in loco*. O diferencial foi para a Rádio Guararema. Ela não era uma emissora que possa ser considerada nos termos de Meditsch (2001) como voltada ao rádio informativo. A Guararema era eminentemente uma emissora de música, entretenimento e participação popular. No entanto, com o acontecimento Apagão, a emissora, junto com a Rádio CBN Diário, esteve no patamar das únicas emissoras que podiam continuar ao vivo a partir de

---

<sup>9</sup> Pêcheux e Fuchs (1997, p. 230) apresentam o conceito de interdiscurso como o “[...] conjunto dos outros processos que intervêm nele (*n.d.a. no discurso*) para constituí-lo (fornecendo-lhe seus “pré-construídos”) e para orientá-lo (desempenhando, em relação a ele, o papel de *discurso transverso*, ou [...] de discurso *perpendicular*). Orlandi (2003, p. 12) completa: [...] O interdiscurso é do nível de constituição do discurso, da ordem do repetível. Ele não é diretamente acessível ao analista. O intradiscurso, por seu lado, é do nível de sua formulação, no aqui e agora do sujeito. Se, pelo intradiscurso temos que o sujeito intervêm no repetível, no entanto, é o interdiscurso que regula os deslocamentos das fronteiras da formação discursiva, incorporando elementos pré-construídos (efeito do já-dito)”.

<sup>10</sup> O termo âncora é oriundo do telejornalismo e designa o apresentador do programa jornalístico.

próprio gerador de energia. A partir de então, a Guararema assumiu o papel de rádio informativo, permanecendo 24 horas no ar, com e equipe jornalística produzindo a cobertura ao vivo.

Como afirma Lévy (1999), a comunicação de massa é sobrepujante no dispositivo um-todos, em que um jornalista apresenta as notícias a um público passivo; o telefone engloba o dispositivo de ponto a ponto, ou seja, um-um; por sua vez, a cibercultura funciona a partir do todos-todos, em que há comunicação em rede. A formação discursiva radiofônica estruturou-se dessa forma, no dispositivo um-todos, em que, conforme elenca Prado (1989, p. 17-18), as potencialidades do rádio informativo não foram postas em prática: “[...] a estrutura de atuação, pelo contrário, limitou ao máximo os canais de participação, despersonalização da audiência, individualizando e ilhando ao máximo cada ouvinte, até criar uma relação ilusória interpessoal entre o emissor e o receptor, exercendo influência através da persuasão”.

Bertold Brecht (2005) tem seu espaço garantido nessa discussão quando ele declara que o meio rádio é subaproveitado, que o rádio precisa deixar de ser meramente um canal de distribuição para, de fato, comunicar, havendo retroalimentação do ouvinte. Discursivamente, vamos ao encontro do anseio de Brecht ao considerarmos a interação como o relacionar-se com o meio de comunicação, no caso o rádio, de forma a retroalimentar o meio, deixando somente de ser ouvinte passivo. O Apagão em Florianópolis foi um acontecimento ímpar, em que o jornalismo informativo foi colocado numa situação limite diante do inusitado da situação de pane elétrica e de tudo o que decorreu a partir disso, tendo um grande potencial para ser colocada à prova a teoria brechtiana e, finalmente, do ponto de vista discursivo, termos voz diferente no rádio, instaurando uma nova discursividade.

### **Materialidade discursiva**

No discurso radiofônico tradicional, o ouvinte sintoniza a emissora de rádio (ou digita o endereço eletrônico, caso seja uma transmissão na internet) porque ele não sabe e quer se informar do que há de novo na sociedade. O jornalista, quer seja como apresentador ou repórter, assume a posição-sujeito rádio, que é a posição da instituição. Nesta posição institucional, a legitimidade impera, pois há o modelo a ser seguido, a convenção. Assim, o profissional do rádio informativo está ali como alguém que media a chamada *informação*

entre o fato ou protagonista de uma determinada situação, e o ouvinte. O jornalista presumidamente possui este *conhecimento* e assume essa posição para *informar* ao ouvinte.

Portanto, iniciamos o Apagão<sup>11</sup> com uma identificação muito grande do ouvinte com a formação discursiva dominante relativa ao discurso radiofônico informativo, elencada na posição-sujeito de Tipo 1, a de identificação. Temos, do ponto de vista de Pêcheux (2009), o *bom sujeito*. O Tipo 1 é colado à forma sujeito universal dessa formação discursiva e pode-se afirmar que ele representa o funcionamento discursivo do cotidiano radiofônico. Ou seja, um ritual de linguagem em que o ouvinte se remete ao apresentador ou ao representante da emissora de rádio, que pode ser também o repórter, a equipe de produção ou alguém que a represente para estabelecer essa interlocução. O ouvinte e/ou entrevistado participam da interlocução quer seja se limitando a responder às indagações formuladas, quer seja prestando informação ou outro tipo de serviço.

Como vimos, esse tipo de posição-sujeito não produz nenhum deslocamento na forma-sujeito do discurso. Ao contrário, legitima-a. Esta legitimidade, muitas vezes, realiza-se pelo alinhamento ao sujeito-repórter, num **efeito de espelhamento** pelo viés do discurso autoritário. Aqui propomos o uso do termo como um alinhamento à forma discursiva autoritária, em que o sujeito não contesta, apenas replica o esperado pelo outro. Não diz diferente porque não há o que dizer, estabelecendo uma relação parafrástica pelo sentido autoritário, numa autoreferenciação em que o interlocutor é silenciado não porque não tenha o que dizer, mas porque a ele cabe somente dizer o esperado, em que não há o furo porque a autocensura o impede.

A posição-sujeito relativa ao radialista é legitimada na relação com a memória discursiva. Outra característica do funcionamento da discursividade do rádio informativo é o emprego frequente do pronome de tratamento *você*. Este emprego gera um efeito de proximidade, da mesma forma o enunciado *nosso ouvinte*. Porém, em ambos os casos, trata-se de uma interlocução genérica que substitui o pronome indefinido *todos*.

Portanto, no Tipo 1 temos uma posição-sujeito que se identifica totalmente com os rituais de linguagem do rádio informativo, em que há unicidade imaginária do sujeito, gerando o efeito sujeito, por isso não há o ultrapasse das barreiras do meio e do próprio discurso fechado, circular, do jornalismo. O Tipo 1 funciona como um reforço da forma-sujeito do discurso do rádio informativo. E essa posição-sujeito imperou nas primeiras

---

<sup>11</sup> Em virtude do espaço reduzido de um artigo científico, aqui não trazemos as sequências discursivas de referência, que foram em número de trinta. Apenas apresentamos parte da análise dos *corpora* que englobam a cobertura jornalística das rádios CBN Diário e Guararema, perfazendo cerca de cento e dez horas de áudio.

horas, em que a população, engenheiros e os próprios jornalistas não conheciam o objeto referente e, por isso, não tinham a dimensão do que iria se tornar o histórico Apagão em Florianópolis. Ainda parecia que seria somente a cobertura jornalística de um blecaute resultante de um incêndio na ponte Colombo Salles, que liga o continente à ilha de Florianópolis, e que, de acordo com a previsão das autoridades locais, até o final da tarde tudo estaria restabelecido na cidade. Era o início do acontecimento, não tínhamos uma ruptura no ritual de linguagem. A ênfase dá-se ao discurso circular, em que o apresentador direciona o que deve ser discutido durante a participação ao vivo do ouvinte. Esta, por sua vez, tem o efeito de espontaneidade, mas é altamente controlada pela emissora radiofônica. O apresentador, em sua posição-sujeito de mediador, alinha-se à forma-sujeito rádio, aquela tradicional em que há um mediador legitimado pelo poder dizer e um entrevistado como fonte oficial que presta o serviço público ou um entrevistado que é um ouvinte, mas que não ousa dizer além do esperado, identificando-se com o *bom sujeito* de Pêcheux.

Ao discutir a questão da superposição do sujeito com a forma-sujeito da formação discursiva dominante, Pêcheux (2009) diz que a identificação perfaz o *bom sujeito*, constituindo uma gradação de identificação que varia entre o *bom* e o *mau sujeito*. Não numa visão maniqueísta, mas numa situação de gradação, por tomadas de posição, inconscientes, em que o sujeito identifica-se plenamente ou vai se identificando com uma nova formação discursiva, que passa a ser dominante.

Indursky (2008), ao reler Pêcheux, opera com esses conceitos formulando as tipologias baseada também no maior ou menor grau de reversibilidade, em que quando o sujeito alinha-se em maior grau com a forma de saberes universais da formação discursiva dominante, tem-se a identificação, que não desloca nada em relação à forma-sujeito idealizada. À medida que o pêndulo oscila, temos a contra-identificação, em que o sujeito já questiona os saberes universais da formação discursiva dominante, chegando ao maior grau de reversibilidade, que é a desidentificação. Nesta se pode chegar a um acontecimento discursivo e/ou enunciativo, ambos da ordem da raridade, conforme define a autora. Convém salientar que usamos o termo *reversibilidade*, proposto por Eni Orlandi. Aqui tomamos a liberdade de fazer a relação entre eles e os autores, mesmo que não sejam diretamente citados entre si.

Por acontecimento discursivo, tomamos Pêcheux (2008, p. 56): o “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Nele, há a falha no ritual de linguagem. Uma série de encadeamentos de formações discursivas podem levar à criação de um novo



acontecimento, numa irrupção brutal da memória que desestabiliza as formações discursivas anteriores e, sobretudo, a dominante, chegando ao limite máximo. Isto pode fazer surgir, por conseguinte, uma nova formação discursiva, a partir de um determinado acontecimento. Mariani (1998, p. 40) ainda destaca que o acontecimento discursivo, ao remeter ao acidental, ao não previsível, rompe com a estabilização vigente, mobilizando outra memória em que “[...] se produz sentido para o acontecimento, filiando-o em alguma rede de sentidos.” Assim, mobilizar a memória, do ponto de vista discursivo, implica em deparar-se com a historicidade e a ideologia nas suas devidas inscrições, numa tensa relação com os processos de linguagem, sujeitos a deslizamentos de sentido. Porque, como na célebre afirmação pecheutiana, *só há causa naquilo que falha*.

E quando um acontecimento histórico causa ruptura na linguagem, mas não é forte o suficiente para instaurar uma nova discursividade ou impelir o sujeito a uma nova formação discursiva? Esta situação é a que Indursky (2008) define como acontecimento enunciativo. Para a autora (p. 25), “[...] o *acontecimento enunciativo* reorganiza/reestrutura a discursividade interna da FD, instituindo um novo modo de lidar com a ideologia, sem que haja o rompimento com o domínio de saber”. Em outras palavras, o acontecimento discursivo rompe com a memória, coloca em confronto o mesmo, faz com que se saia da repetibilidade e adentre-se em uma nova discursividade. No acontecimento enunciativo, por sua vez, temos uma nova tomada de posição, o domínio do saber universal da formação discursiva é posto em xeque, há novas tomadas de posição, mas não há uma nova formação discursiva dominante. No entanto, o acontecimento enunciativo também abala as estruturas da formação discursiva, questiona o saber dominante pela contra-identificação do sujeito. Exatamente o que o passar das horas do Apagão potencializaram.

Avançamos a análise e chegamos ao Tipo 2, o da contra-identificação com a forma-sujeito dominante do ritual discursivo do rádio informativo. No tipo 2 a gradação chega ao limite, num contraponto aos saberes da formação discursiva dominante. A interlocução, mesmo que mediada, passa a receber ouvintes que questionam o trabalho do repórter, colocam à prova a estrutura do rádio informativo, demonstram incredulidade ao que comentaristas especializados enunciam, colocando em tensão, características da contra-identificação. No interior do Tipo 2 temos a marca do acontecimento enunciativo. O rompimento com o ritual de linguagem ocorre quando o ouvinte orienta diretamente outro interlocutor e também canta uma música como forma de comunicação, apresentando composição de próprio punho inspirada no acontecimento Apagão. Outra forma da nova



tomada de posição-sujeito em contra-identificação com a FD dominante está na descredulidade com o Poder Público e a insistência para que os direitos dos cidadãos fossem mantidos, conseguindo enunciar pela insistência, silenciando o apresentador.

Os meios de comunicação, como denuncia Bourdieu (1997), silenciam o que poderia ser válido à discussão democrática e expõem conteúdos de variedades, por vezes fúteis, para poder silenciar o que interessa de fato. “[...] Se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas”, lamenta Bourdieu (1997, p. 23). Pelo viés discursivo, o silêncio é um conceito fundante aos estudos de linguagem. O silêncio fundador indica que o sentido das palavras sempre pode ser outro, expondo a incompletude da linguagem, porque “[...] todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 2007, p. 12).

O que nos interessa aqui não é a característica fundante do silêncio para a linguagem, ou o silêncio como forma de *respiro* para a linguagem, mas ao *jogo* de linguagem nas diferentes formações discursivas, ao que o silêncio denuncia, ao que ele grita quando se põe mudo, no jogo de linguagem com o outro, no contato entre a língua e a ideologia, entre o simbólico e o imaginário. O silêncio fundador pode, conforme determina Orlandi (2007), ser considerado como o não-dito, na necessária relação entre língua e ideologia. “[...] Fundador não significa aqui ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio” (IDEM, p. 23). A esse silêncio podemos somar outro, o silêncio local, no qual certos dizeres são proibidos e *censurados*, e ainda na forma mais radical, o silêncio constitutivo em que para dizer é preciso silenciar.

[...] Por isso, distinguimos entre: a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (IDEM, p. 24).

No entanto, todos os conceitos tão bem trabalhados por Orlandi a respeito do silêncio fundador e da política do silêncio, estão voltados à relação entre formações discursivas diferentes. Mas, e quando a formação discursiva indica o que pode, mas não

deve ser dito? Indursky (1992) amplia o conceito de silêncio ao tratar desta situação e vai além de Orlandi porque discute o silenciamento na mesma formação discursiva. Indursky diferencia-se porque ela não está focada na política do silêncio, numa discussão dos limites do dizer entre formações discursivas, mas no interior de uma única formação discursiva.

[...] Para Orlandi, não-dito é necessariamente excluído, para nós, o *não-dito* é *necessariamente recalcado* pelo viés da determinação interdiscursiva. Diríamos mais: para Orlandi, a política do silêncio é da ordem do funcionamento da negação polêmica, por envolver duas FD em delimitação recíproca, enquanto o não-dito, na perspectiva em que o trabalhamos na determinação interdiscursiva, é da ordem do funcionamento da denegação. Ou seja, o recalcado e autorizado pelo domínio de saber em que se inscreve o sujeito do discurso, mas não é atualizado por seu dizer, pois o efeito de sentido que produziria é indesejável (INDURSKY, 1992, p. 273).

Essa estreita relação entre o silêncio, censurando a autoria, marca as condições de produção do discurso jornalístico porque, desde os primórdios da imprensa no Brasil, o discurso jornalístico esteve atrelado ao discurso institucional, quer seja no período da Imprensa Régia ou na atualidade, com a empresa comunicacional. A forma de se institucionalizar do discurso jornalístico, no qual o rádio informativo também se inscreve, é operada pelo próprio funcionamento interno de ser voltado aos fatos do cotidiano. Desde as suas origens até a atualidade, a censura perdura como uma característica institucional, marcando também o funcionamento discursivo do meio radiofônico, que atua num efeito de liberdade, mas é uma espontaneidade controlada, só há espaço para o mesmo.

Desta forma, o discurso é circular, não há voz diferente, o que é próprio do discurso autoritário, ou seja, a posição-sujeito é altamente alinhada com a forma-sujeito dominante, fazendo com que seja sempre o mesmo. Assim, se não há variação, a “[...] reversibilidade tende a zero (não se dá a palavra), há um agente único (aquele que tem o poder de dizer), a polissemia é contida (coloca-se o sentido único), o dizer recobre o ser (o referente está obscurecido)” (ORLANDI, 2006, p. 85). Sem reversibilidade, evita-se a possibilidade de novas tomadas de posição, garantindo o *status quo* dominante.

No entanto, com o transformar das horas em dias, as condições de produção do Apagão propiciaram um silenciamento em gradação, que chegou ao limite, ou seja, ao silêncio total no Tipo 3. Da mesma forma que a perda do controle do dizer manifesta-se no Tipo 2, evidenciando o acontecimento enunciativo, também em gradação até o limite, no Tipo 3, temos o acontecimento discursivo.

No Tipo 2 o acontecimento enunciativo é propulsionado pela tomada de posição do ouvinte quando ele se dirige ao ouvinte externo como interlocutor, sem mediação do apresentador, a não ser do meio rádio como máquina. A segunda pessoa do singular, com o uso de *você* instaura um novo interlocutor. Em meio aos acontecimentos enunciativos, com a fragmentação da forma sujeito, há um aumento da reversibilidade, permitindo a entrada do Tipo 3. Há a desidentificação do sujeito com os saberes universais dominantes no interior da formação discursiva. É quando quase se deixa de fazer sentido naquelas condições de produção. Mas, os sentidos não se perdem totalmente. Eles deslizam de acordo com as tomadas de posição, gerando outros sentidos ao rádio informativo.

O início dessa potência de transformação é marcada quando o sujeito faz uso de palavras de baixo calão e o interlocutor ousou também dizer o que não poderia, deslocando-se da posição-sujeito. Temos aí a primeira marca do acontecimento discursivo. O ouvinte gera sentido de uma forma não prevista, tirando a legitimidade da forma-sujeito, desidentificando-se com ela. Como estamos numa situação de gradação, não chegamos a ter um rompimento radical com a forma-sujeito. Temos um deslocamento, um início de uma nova posição-sujeito.

Nesse tipo 3 também temos a desidentificação a partir do humor, quando a ouvinte realiza uma tentativa de encontro amoroso com o apresentador, tirando o efeito de seriedade do rádio informativo. Também consideramos marca do acontecimento discursivo o enunciado do apresentador que trouxe à tona o que não poderia ser dito, no deslocamento pelo riso da ironia, materializando o esquecimento. O ápice da reversibilidade foi registrado na situação em que o ouvinte instaura um novo interlocutor ao dialogar diretamente com a autoridade local, com mediação jornalística muito reduzida, tendendo a zero. Nesta situação o rádio informativo tem outra produção de sentido, de certa forma cede o seu lugar de gerar sentido para o outro, deixando a fala do outro sem censura. O ouvinte, então, assume uma nova posição-sujeito, determinante, não previsível nesta ordem discursiva.

Temos o furo no ritual de linguagem quando novas relações de interlocução são estabelecidas, no momento em que o ouvinte dialoga diretamente com a fonte oficial da Celesc, num rompimento com a forma-sujeito. O deslocamento acontece quando uma não-autoridade assume a posição-sujeito rádio. O ouvinte abandonou a posição-sujeito passiva, de receptor, e estabelece a interação e interlocução direta. O ouvinte chegou a interromper a fonte oficial, permitiu-se ser o protagonista, instaurando uma nova forma-sujeito, em diálogo no sentido efetivo do termo, sem censura, alcançando o sonho brechtiano. Essa

nova forma de interação, em que ambos, a partir de ligações telefônicas individuais, utilizaram o meio rádio para instaurar comunicação transmitida ao vivo, em que o mediador jornalista perdeu sua relevância, transformam o sentido de informação. Afinal, estamos na mesma discursividade, sem mediação. Essas condições de produção propulsionaram o acontecimento discursivo.

### **Efeito de fecho**

Durante o Apagão em Florianópolis, tivemos a potencialidade de se estabelecer o diálogo aberto, numa interlocução direta, alterando radicalmente o sentido fechado do discurso jornalístico. A interação e a interlocução direta é algo muito mais complexo do que simplesmente *abrir os microfones* para a participação ao vivo do ouvinte, com mediação reduzida. Porém, mesmo se sabendo do silêncio local perpetuado pela autocensura, como discutido anteriormente, há gradações nessa identificação.

Iniciamos o Apagão com o silêncio local por parte dos ouvintes que, nas condições normais de funcionamento discursivo do rádio informativo, não ultrapassa ao silenciamento da autocensura. O interessante é que esta censura não é imposta tacitamente, pois as emissoras permitiram a participação ao vivo, via telefone, de quem quisesse entrar em contato com as rádios. Mas, o viés circular do jornalismo é tão avassalador que, mesmo diante da possibilidade de ruptura, o sujeito sabendo que o meio estava *permitindo*, foi determinado pela autocensura, o que marca o Tipo 1, altamente alinhado à formação discursiva dominante.

Como operamos por gradação, as condições de produção induzem a um deslocamento, em que o silêncio migra do ouvinte ao repórter. Contudo, as condições de produção do meio radiofônico, que são da ordem da concessão, impedem o posicionamento contra o poder dominante. Com o passar das horas, o ouvinte deixa de ser passivo ao meio radiofônico e passa a se contra-identificar com a formação discursiva dominante. O ouvinte passa a questionar o Poder Público e, naquela situação caótica, o rádio informativo assumiu inclusive esse papel de autoridade, ou seja, passa a ser questionado também. Isto posto, não há mais o controle do dizer. Não se trata mais do silêncio fundador ou local, conforme proposto por Orlandi. Aqui temos silêncio que, em gradação, chegará à totalidade, marcando o acontecimento enunciativo e discursivo presentes nos Tipos 2 e 3, respectivamente.

É uma nova instância silenciadora, ligada à autoria. O ouvinte sabe, tem o que dizer, assume a autoria. O silêncio vai se instalando ao apresentador porque ele vai perdendo o controle do dizer, pois percebe que o ouvinte tem conhecimento. Assim, os ouvintes dizem o quanto querem, a locução é grande, silenciando o apresentador, quase desaparecendo a mediação humana, ficando somente a mediação pela máquina, o meio rádio. O silenciamento do apresentador se dá pelas condições de produção empregatícias. A situação é extremamente delicada porque ele também sofre os danos causados pelo Apagão, ele também é um homem do povo, sujeito social, ouvinte. No entanto, na posição de representante da instituição jornalística, quer seja como apresentador, debatedor ou repórter, ele está impossibilitado de se posicionar em contra-identificação com o Governo. Desta forma, as condições de produção seguem silenciando o apresentador, numa crescente que culmina com o acontecimento discursivo.

À medida em que se tem maior reversibilidade, a autoria também se altera. O saber também migra, deixando de ser domínio legitimado institucional para interagir na outra ponta, ou seja, com o ouvinte. Temos aí também uma alteração no fluxo de comunicação. Tradicionalmente, os estudos das teorias da comunicação inclinam-se a um emissor que comunica algo a partir de um meio para um receptor. Na inversão do fluxo autoral, o ouvinte sobrepõe sua posição com a de emissor, silenciando esse apresentador. O acontecimento Apagão inverte o processo comunicacional clássico. A mediação dá-se somente pelo meio, ao invés de também ser pelo jornalista. Lentamente o ouvinte vai tomando o espaço do dizer, havendo transição na autoria. Há a inversão no fluxo de informação. O fluxo inverte-se totalmente, crescendo o dizer do ouvinte, que sabe muito, diminuindo o espaço do apresentador, que passa a ouvir. Os ouvintes ensinam, são autores do seu dizer e trazem à tona a leniência das emissoras com o poder público.

A autoria amplia-se de forma a propulsionar acontecimentos enunciativos, há uma nova inscrição autoral. O meio rádio legitimou essa autoria. Apesar de tentar controlar o dizer, a linguagem vaza, o esquecimento é incontornável, não há mais como manter o fluxo tradicional emissor – meio e mensagem – receptor. Aqui o receptor é quem emite e é legitimado pelo meio, numa nova instância autoral.

Em condições normais, esse saber seria mediado pelo repórter, autorizado a transitar por entre as discursividades. No entanto, durante o Apagão é o cidadão ouvinte quem está no lugar do repórter, sem filtros, apagando a instituição radiofônica quase que totalmente. Ela se faz presente somente do ponto de vista técnico, pelo aparelho de

radiodifusão. A linguagem falha, desestabiliza a estrutura radiofônica, incide na memória e propicia o acontecimento discursivo.

No entanto, entre tantas raridades envolvendo essa escuta discursiva que compõe nossos *corpora* de análise, aqui temos também um acontecimento discursivo que neste caso não constitui uma nova formação discursiva porque, mesmo com todo esse domínio do dizer, com todas as tomadas de posição-sujeito diferentes ao longo do Apagão, a forma-sujeito mantém-se. Fica-se no limiar de uma nova formação discursiva, mas ainda no domínio do rádio informativo. Isto também é algo novo, pois se espera que o acontecimento discursivo incida em uma nova formação discursiva, o que não foi o caso. O limite do meio rádio é grande. A fronteira discursiva é espessa. Aqui mantivemos o acontecimento na interdiscurvidade, em latência para futuras transformações na formação discursiva radiofônica, tema para também futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. **Tipologias do acontecimento jornalístico**. IN: BENETTI, Marcia e FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRECHT, Bertold. Teoria do rádio. IN: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio**. Florianópolis: Insular, 2005.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984)**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso**. IN: MITTMANN, Solange; GREGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. **O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia**. IN: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. v. 2. Florianópolis: Insular, 2011.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MARIANI, Bethania. **Os primórdios da imprensa no Brasil** (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). IN: ORLANDI, Eni Pucinelli (org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo**. Florianópolis: Insular, Editora da UFSC, 2001.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar?** IN: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba, MG: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)**. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. O bizarro *da* notícia no discurso webjornalístico *sobre* o bizarro. IN: **Anais do V SEAD: Seminário de Estudos em análise do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em:

<<http://www.discursosufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/RenataMarcelleLaraPimentel.pdf>>.

Data de acesso: 21 dez. 2011.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. **Acontecimento jornalístico e história**. IN: BENETTI, Marcia e FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

PRADO, Emilio. **Estrutura da informação radiofônica**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1989.